

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022

Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria da Fazenda – SEFAZ/PE**Concurso Público para o Provimento de vagas no cargo de**
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – AFTE

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
(P1)**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O exercício do silêncio é tão importante quanto a prática da palavra.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS (P1)****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

Felicidade bioquímica

Os cientistas sociais distribuem questionários de bem-estar subjetivo e correlacionam os resultados com fatores socioeconômicos como riqueza e liberdade política. Os biólogos usam os mesmos questionários, mas correlacionam as respostas fornecidas pelas pessoas com fatores bioquímicos e genéticos. Suas descobertas são chocantes.

Os biólogos sustentam que nosso mundo mental e emocional é governado por mecanismos bioquímicos definidos por milhões de anos de evolução. Como todos os outros estados mentais, nosso bem-estar subjetivo não é determinado por parâmetros externos como salário, relações sociais ou direitos políticos. Em vez disso, é determinado por um complexo sistema de nervos, neurônios, sinapses e várias substâncias bioquímicas como serotonina, dopamina e oxitocina.

Ninguém fica feliz por ganhar na loteria, comprar uma casa, obter uma promoção ou encontrar o amor verdadeiro. As pessoas ficam felizes por um único motivo: sensações agradáveis em seu corpo. Uma pessoa que acabou de ganhar na loteria ou de encontrar um novo amor e pula de alegria na verdade não está reagindo ao dinheiro ou ao fato de ser amado. Está reagindo a vários hormônios que inundam sua corrente sanguínea e à tempestade de sinais elétricos pipocando em diferentes partes de seu cérebro.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaina Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018, p. 396-97)

1. Ao cotejar as conclusões a que chegam os cientistas sociais e os biólogos, depois de aplicados seus questionários, o autor do texto ressalta que
 - (A) ambas as categorias profissionais valeram-se de métodos próprios de sua especialidade para chegarem a resultados semelhantes.
 - (B) certa impropriedade da técnica utilizada pelos cientistas sociais impediu que chegassem a resultados tão expressivos quanto os dos biólogos.
 - (C) as condições de vida chocantes a que chegaram uns e outros refletem a precariedade atual das atividades econômicas e das psíquicas.
 - (D) a semelhança entre os questionários não impediu que os pesquisadores divergissem quanto ao mérito técnico da pesquisa efetuada.
 - (E) os resultados mais impactantes traduziram-se na pesquisa que se voltou para a dinâmica propriamente endógena dos seres humanos.

2. A conclusão a que chegaram os biólogos em sua pesquisa faz ver que
 - (A) nosso bem-estar fica comprometido a cada vez que nos mostramos indiferentes à ação de fatores externos sobre a qualidade mesma do nosso prazer íntimo.
 - (B) as sensações de bem-estar que nos tomam produzem-se efetivamente como reações nossas a estímulos que se propagam no nosso sistema bioquímico.
 - (C) os fatores socioeconômicos que determinam a vida humana repercutem de forma direta nas impressões subjetivas que se traduzem como um bem-estar.
 - (D) a atividade hormonal que atua na nossa corrente sanguínea traduz de modo imediato a qualidade já atribuída aos prazeres oferecidos pela vida social.
 - (E) a evolução da espécie humana consumou-se pela propagação de um bem-estar devida a contínuos ajustes de nossas percepções motoras.

3. Da leitura do terceiro parágrafo do texto deve-se depreender que
 - (A) o fato de se ganhar na loteria ou de se encontrar um amor verdadeiro não atua, efetivamente, sobre nossas sensações de origem bioquímica.
 - (B) costumamos ser iludidos por sensações de bem-estar quando provocadas pela ação de substâncias bioquímicas sobre o nosso corpo.
 - (C) as emoções que efetivamente tomam conta de nós levam-nos a manifestações subjetivas que se devem, de fato, a condicionantes de ordem objetiva.
 - (D) as sensações agradáveis que nos assaltam devem-se quase sempre a estímulos bioquímicos produzidos aleatoriamente por nosso cérebro.
 - (E) elementos constitutivos da nossa vida cotidiana costumam já ser previamente valorizados por conta da ação de neurônios e sinapses.



4. A adequada flexão e as normas de concordância verbais estão adequadamente observadas na frase:
- (A) A cada vez que sobrevierem sensações agradáveis, deve-se o conjunto delas às ações de sinapses e substâncias bioquímicas.
 - (B) Contando com que intervissem como forma de prazer, adotavam-se naquele setor a prática de estímulos químicos artificiais.
 - (C) Eles adotam tudo o que lhes convir como forma de prazer, salvo quando os inibem alguma sanção mais severa.
 - (D) Ao se adotar parâmetros externos como estímulos para o bem-estar, incorrerá-se num completo equívoco quanto à compreensão do sistema bioquímico.
 - (E) Devem-se aos vários hormônios que inundam o nosso sangue a sensação que por vezes flue do nosso corpo ao nosso espírito.

Atenção: Para responder às questões de números 5 a 8, baseie-se no texto abaixo, um excerto do **Tratado sobre a tolerância**, publicado em 1763, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

[A voz da natureza]

A natureza diz a todos os homens: fiz todos vós fracos e ignorantes, para vegetarem alguns minutos na terra e para adubarem-na com vossos cadáveres. Como sois fracos, socorrei-vos; como sois ignorantes, esclarecei-vos e tolerai-vos. Quando tiverdes todos a mesma opinião, o que certamente não acontecerá jamais, quando houver um único homem de opinião contrária, deveríeis perdoá-lo: afinal sou eu que o faço pensar como ele pensa.

Eu vos dei braços para cultivar a terra e uma pequena luz de razão para vos conduzir; coloquei em vossos corações um germe de compaixão para que uns ajudem os outros a suportar a vida. Não abafeis esse germe, não o corrompais, aprendei que ele é divino, e não substituais a voz da natureza pelos miseráveis furores da escola.

Sou apenas eu que ainda vos une, sem que o desconfieis, por vossas necessidades mútuas, mesmo em vossas guerras cruéis tão ligeiramente empreendidas, teatro eterno dos erros, dos acasos e das infelicidades. Sou apenas eu que, em uma nação, impede as sequências funestas da divisão interminável entre a nobreza e a magistratura, entre esses dois corpos e o do clero, entre o burguês e o cultivador. (...) Parai, afastai esses destroços funestos que são vossa obra e continuai comigo em paz no edifício inabalável que é o meu.

(Adaptado de: VOLTAIRE, op. cit. Trad. Ana Luiza Reis Bedê. São Paulo: Martin Claret, 2017, p. 98-99)

5. Ao falar aos homens, a natureza adverte, fundamentalmente, que cabe a eles
- (A) obedecer aos ditames dela, para que ela não continue a castigá-los fazendo deles objetos de sua fúria irracional.
 - (B) acatar o poder que, emanando dela, propicia a todos as ferramentas com que poderão superar as mais funestas divergências.
 - (C) resistir ao materialismo humano, que converte os infiéis em cultores da inveja que leva às guerras e à desagregação social.
 - (D) renunciar aos interesses mundanos, para que não se perpetue a heresia de se julgarem mais sábios que a providência divina.
 - (E) explorar as controvérsias que lhes são naturais para que, por meio delas, cheguem a uma divisão mais equilibrada entre fortes e fracos.

6. Considerando-se o contexto, contrapõem-se quanto ao sentido, para efeito da argumentação desenvolvida pela natureza, os segmentos
- (A) *quando houver um único homem de opinião contrária // deveríeis perdoá-lo*
 - (B) *braços para cultivar a terra // uma pequena luz de razão*
 - (C) *não abafeis esse germe // aprendei que ele é divino*
 - (D) *sequências funestas da divisão interminável // edifício inabalável*
 - (E) *teatro eterno dos erros // vossas guerras cruéis*



7. Transpondo-se para o discurso indireto o primeiro período do texto e observando-se rigorosamente as normas da língua culta, obtém-se a seguinte sequência:
- A natureza diz a todos os homens que
- (A) fizemo-nos fracos e ignorantes, para vegetarmos alguns minutos na terra e para a adubarmos com nossos cadáveres.
 - (B) ela fez de nós fracos e ignorantes, para que vegetemos alguns minutos na terra para que lhe adubássemos com nossos cadáveres.
 - (C) fez-lhes fracos e ignorantes, para vegetar alguns minutos na terra e adubar-lhe, com seus cadáveres.
 - (D) os fizera fracos e ignorantes, para que vegetassem alguns minutos na terra, que adubariam-na com seus cadáveres.
 - (E) os fez fracos e ignorantes para que vegetem alguns minutos na terra e a adubem com seus cadáveres.
-
8. Atentando-se para as normas gramaticais, está plenamente clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) As providências em que os homens deveriam se ater para benefício próprio, na perspectiva da natureza, ligam-se ao uso da razão, a quem lhes cabe cultivar.
 - (B) Se a natureza nos fez fracos e incultos, nem por isso deixou de legar-nos as virtudes onde podemos encontrar um meio de nos reabilitarem.
 - (C) O germe divino, de cuja força deveríamos nos inspirar, é o legado de que a natureza se faz portadora para afugentarmos os vícios da nossa formação.
 - (D) As necessidades que nos afligem são também um fator que favorece a nossa união, constituindo-se assim um amparo insuspeito que devemos à natureza.
 - (E) Não deveriam caber aos homens tal veneração face os instintos destrutivos que os levam às guerras e aos desastres outros onde querem se isentar.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, baseie-se no texto abaixo.

[Entre pais e filhos]

A relação que intercorre entre nós e nossos filhos deve ser uma troca viva de pensamentos e sentimentos, mas também deve compreender largas zonas de silêncio; deve ser uma relação íntima sem no entanto misturar-se violentamente com a intimidade deles; deve ser um justo equilíbrio entre silêncio e palavras. Devemos ser importantes para os nossos filhos, e, contudo, não demasiado importantes; devemos fazer com que gostem de nós, mas não demais: para que não queiram se tornar idênticos a nós, imitar-nos no ofício que exercemos. Com eles devemos manter uma relação de amizade; contudo não devemos ser excessivamente amigos, para que eles não tenham dificuldades em fazer verdadeiros amigos, aos quais possam dizer coisas que silenciam conosco.

(Adaptado de: GINSBURG, Natalia. As pequenas virtudes. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 137)

9. Nesse texto o emprego sistemático de conectivos como **mas**, **no entanto** e **contudo**
- (A) justifica-se pelo propósito de advertir os pais quanto a providências cautelares na administração dos afetos por seus filhos.
 - (B) equipara as qualidades dos filhos às qualidades dos pais, estabelecendo entre elas uma relação de mútua dependência.
 - (C) estabelece de modo insistente uma relação de causa e efeito entre o que desejam certos pais e o que fazem seus filhos.
 - (D) explica-se pela necessidade de levar os pais a enfatizarem junto a seus filhos toda a preocupação que têm com seus êxitos futuros.
 - (E) indica aos pais exageradamente temerosos quanto ao destino de seus filhos meios para acentuarem seu amor incondicional por eles.
-
10. Indica-se para o segmento sublinhado de uma frase do texto uma forma equivalente quanto ao sentido e correta quanto à redação em
- (A) A relação que intercorre entre nós e nossos filhos = O vínculo que media
 - (B) deve compreender largas zonas de silêncio = precisa se abarcar a
 - (C) misturar-se violentamente com a intimidade deles = plasmar-se abruptamente à
 - (D) para que não queiram se tornar idênticos a nós = intercorrer conosco
 - (E) possam dizer coisas que silenciam conosco = Junto a nós omitem

**Raciocínio Lógico Matemático e Estatística**

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se à disciplina Raciocínio Lógico Matemático.

11. Gustavo, Henrique, Iago, Joel e Leandro são amigos de infância e não têm relação de parentesco entre si. Cada um desses homens possui uma única embarcação, sendo que cada embarcação tem nome homenageando a mãe de alguém do grupo, de maneira que cada uma das 5 mães foi homenageada e nenhum filho batizou seu próprio barco com o nome da própria mãe. O nome do barco do filho de Benedita é o mesmo nome da mãe de Gustavo. Os nomes dos barcos de Gustavo, Iago e Leandro são, respectivamente, Rute, Teodora e Carlota. A mãe de Joel se chama Arlete, que é o mesmo nome do barco de Henrique. O nome do barco de Gustavo é o mesmo nome da mãe de Iago. Teodora é a mãe de
- (A) Gustavo.
(B) Henrique.
(C) Iago.
(D) Joel.
(E) Leandro.
-
12. Quando os amigos Marcelo, Nina, Otávio, Pietra e Quincas saem juntos, quem usa brinco sempre mente, e quem não usa sempre fala a verdade. Observe o seguinte diálogo que os amigos tiveram em um passeio que fizeram juntos:
- Marcelo: Nina está de brinco ou Otávio não está de brinco.
Nina: Marcelo não está de brinco e Quincas está de brinco.
Otávio: Pietra está de brinco.
Quincas: ou Pietra está de brinco ou Nina está de brinco.
- Nesse passeio, em relação a estar sem ou com brinco, temos, respectivamente, que Marcelo, Nina, Otávio, Pietra e Quincas estão
- (A) sem, com, com, sem e sem.
(B) sem, com, sem, com, sem.
(C) com, sem, com, sem, com.
(D) com, com, sem, sem, com.
(E) com, sem, sem, com, sem.
-
13. Ana e Paulo brincaram de correr em uma rua, que possui várias casas de um único lado, numeradas sequencialmente a partir do número 1, sendo a casa 1 a que está mais à esquerda e a casa com o maior número a que está mais à direita. Nessa brincadeira, avançar significa correr no sentido da última casa e voltar significa correr no sentido da casa de número 1. No início da brincadeira, as duas crianças estavam em frente à casa de número 1, quando começaram a correr, ao mesmo tempo e com a mesma velocidade, da seguinte maneira:
- Ana avançou até chegar à casa 6, depois voltou 2 casas, chegando à casa 4, voltou a avançar 5 casas, chegando à casa 9 e voltou 2 casas, chegando à casa de número 7. Ana continuou esse processo, avançando 5 casas e depois voltando 2 casas até chegar em frente à última casa da rua, quando parou de correr.
- Paulo avançou 7 casas, depois voltou 5 casas, depois avançou 7 casas, depois voltou 5 casas e continuou esse processo até que Ana parou de correr, momento em que ele também parou de correr.
- Se Ana avançou um total de 185 casas, no momento em que pararam de correr, Ana e Paulo estavam, respectivamente, em frente às casas de números:
- (A) 110 e 40
(B) 114 e 48
(C) 116 e 52
(D) 120 e 66
(E) 124 e 72
-
14. Pedro e Augusto estão entre os 70 vendedores de uma revendedora de veículos. Em certo mês, todos os vendedores atenderam um mesmo número de clientes e a razão entre o número total de clientes atendidos e o número total de vendas efetuadas foi de 24 para 5. Nesse mês, Pedro e Augusto efetuaram um total de 270 vendas e, se retirarmos os números de atendimentos e vendas feitos por esses dois vendedores, a razão indicada passa a ser de 51 para 10. Nesse mês, o total de veículos vendidos foi:
- (A) 2870
(B) 2940
(C) 3010
(D) 3080
(E) 3150



15. No primeiro semestre de certo ano, em um grupo de 800 enxadristas, alguns já haviam vencido um único torneio e os demais nunca venceram torneio algum. No segundo semestre desse ano, do total de enxadristas sem torneios vencidos até o primeiro semestre, 15% venceram 3 torneios e 25% venceram 1 torneio. Considerando aqueles que já tinham vencido um torneio no primeiro semestre, 25% não ganharam outros torneios e, entre os demais, 30% ganharam mais um torneio e 70% ganharam mais 2 torneios. Se o total de torneios vencidos pelas pessoas desse grupo é 1127, o número desses jogadores que ainda não têm torneios vencidos é:
- (A) 222
(B) 236
(C) 250
(D) 264
(E) 278

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se à disciplina Estatística.

16. A tabela abaixo fornece os números de recolhimentos diários em uma região (i) referentes à arrecadação de um determinado tributo, durante 200 dias, constando a quantidade de dias (Q_i) em que ocorreram i recolhimentos.

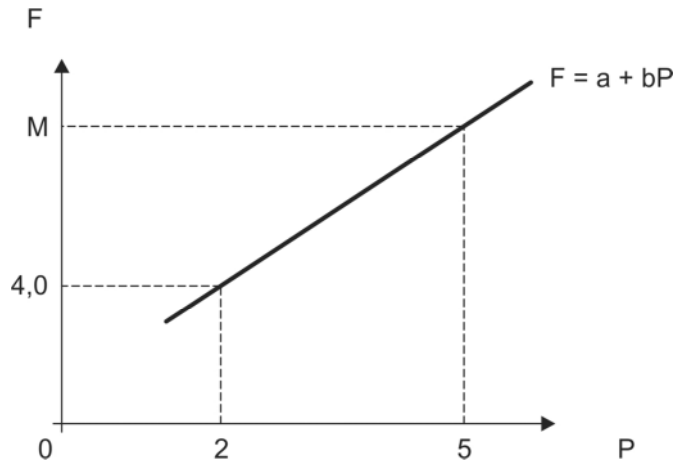
i	0	1	2	3	4	5	6	7	Total
Q_i	15	20	25	m	n	20	15	10	200

As quantidades de dias em que ocorreram 3 e 4 recolhimentos não foram fornecidas (denotadas na tabela por m e n, respectivamente), porém sabe-se que a mediana é igual a 3,5 recolhimentos por dia. O módulo da diferença entre a moda e a média aritmética (número de recolhimentos por dia) é igual a:

- (A) 0,35
(B) 0,50
(C) 0,65
(D) 0,30
(E) 0,40
17. Em uma empresa com 250 empregados, verifica-se que 60% são homens e 40% são mulheres. A média dos salários dos homens, em salários mínimos (SM), é igual à média dos salários das mulheres. O coeficiente de variação dos salários dos homens é igual a 4% e as somas dos quadrados dos salários, em $(SM)^2$, dos homens e das mulheres são iguais a 3.756,00 e 2.502,25, respectivamente. O desvio padrão dos salários das mulheres, em SM, é igual a:
- (A) 0,15
(B) 0,25
(C) 0,20
(D) 0,16
(E) 0,40
18. Em um setor de um órgão público trabalham apenas 5 economistas, 3 administradores e 2 contadores. Uma comissão de 3 funcionários deste setor escolhidos aleatoriamente é formada para a realização de uma tarefa. A probabilidade de esta comissão ter 1 ou 2 economistas é igual a:
- (A) 1/2
(B) 3/4
(C) 3/5
(D) 5/6
(E) 2/3
19. Uma amostra aleatória de tamanho 36 foi extraída, com reposição, de uma população normalmente distribuída com variância populacional igual a 2,25. Com base nesta amostra, foi construído um intervalo de confiança, com um nível de confiança $(1 - \alpha)$, igual a [19,51 ; 20,49] para a média μ da população. Uma outra amostra aleatória de tamanho 100, independente da primeira, foi extraída da população, com reposição, apresentando uma média amostral igual a 21. Na construção de um intervalo de confiança para a média μ , com um nível de confiança igual a $(1 - \alpha)$, com base na amostra com 100 elementos encontra-se que o limite superior do intervalo apresenta um valor igual a:
- (A) 21,706
(B) 21,490
(C) 22,392
(D) 21,510
(E) 21,294



20. Uma empresa decide adotar o modelo linear $F_i = \alpha + \beta P_i + \varepsilon_i$ para prever seu faturamento anual (F), em milhões de reais, em função do gasto anual com promoção de vendas (P), também em milhões de reais. Os parâmetros α e β são desconhecidos, i corresponde à i -ésima observação e ε_i é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples. Com base em 10 pares de observações (P_i, F_i) , $i = 1, 2, 3, \dots, 10$ e utilizando o método dos mínimos quadrados, foram obtidas as estimativas de α e β (a e b , respectivamente) e o gráfico abaixo representa a respectiva reta obtida ($F = a + bP$) em que M é a previsão para F caso P seja igual a 5 milhões de reais.



Dados:

$$\sum_{i=1}^{10} P_i = 24,50 \text{ e } \sum_{i=1}^{10} F_i = 45,40$$

O valor de M , em milhões de reais, é igual a:

- (A) 9,4
 (B) 7,6
 (C) 8,4
 (D) 9,6
 (E) 10,0
-
- Direito Constitucional**
21. Sobre a Repartição de Receitas Tributárias, nos termos da Constituição Federal e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) pertencem aos Municípios 60% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 (B) o produto de arrecadação do IRPF destinado aos Estados, por determinação constitucional, contempla os pagamentos originados das estatais, integrantes da Administração pública indireta.
 (C) pertencem aos Municípios 30% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese de optarem, na forma da lei, por sua fiscalização e cobrança.
 (D) é constitucional lei ordinária estadual que estabelece a forma de cálculo do valor adicionado para apuração do montante pertencente aos Municípios relativo ao ICMS sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal realizados em seus territórios.
 (E) é vedado ao Estado impor condições para entrega aos Municípios das parcelas que lhes competem na repartição das receitas tributárias, salvo como condição ao recebimento de seus créditos, inclusive de suas autarquias, ou ao cumprimento dos limites de aplicação de recursos em serviços de saúde.

22. Suponha que o Governador do Distrito Federal pretenda ajuizar Ação Declaratória de Constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com o escopo de ver confirmada a legitimidade jurídico-constitucional de um determinado preceito da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Considerados esses elementos, na esteira da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) a ação somente será admissível se tiver por objeto preceito da Lei Orgânica do Distrito Federal derivada de sua competência legislativa estadual.
 (B) o Governador do Distrito Federal não tem legitimidade para ajuizar Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, razão pela qual a ação não é admissível.
 (C) a ação não é admissível, pois Ação Declaratória de Constitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal, somente pode ter por objeto lei ou ato normativo federal.
 (D) admitida a Ação Declaratória de Constitucionalidade, é permitida a desistência a qualquer momento pela Parte Autora.
 (E) o Governador do Distrito Federal estará legitimado para ajuizar a ação, perante o Supremo Tribunal Federal, desde que reste demonstrada a repercussão geral da questão constitucional suscitada.



23. O Arquipélago de Fernando de Noronha, na esteira da Constituição do Estado de Pernambuco, dotado de estatuto próprio, com autonomia administrativa e financeira, é um
- (A) Distrito Estadual, dirigido por um Administrador Geral, nomeado pelo Governador do Estado, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa.
 - (B) Município, cujo administrador é o Prefeito regularmente eleito nas eleições diretas municipais, para um mandato de quatro anos.
 - (C) Distrito Estadual, dirigido por um Administrador Geral, eleito pelos cidadãos residentes no Arquipélago pelo voto direto e secreto, concomitantemente com as eleições de Governador do Estado, com mandato de quatro anos.
 - (D) Distrito Estadual, dirigido por um Conselho Distrital, composto de sete Conselheiros, eleitos pelos cidadãos residentes no Arquipélago pelo voto direto e secreto, concomitantemente com as eleições de Governador do Estado, com mandato de quatro anos, cabendo a esse Conselho, após a eleição, a escolha do Administrador Geral.
 - (E) Município, dirigido por um Administrador escolhido pela Câmara Municipal local, cujos vereadores serão eleitos pelo voto secreto e direto dos cidadãos residentes no Arquipélago, para um mandato de quatro anos.
-
24. No que concerne à ordem econômica e financeira, com ênfase nos princípios gerais da atividade econômica e financeira, nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área não ofende o princípio constitucional da livre concorrência.
 - (B) é legítima a terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa, com base nos princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência.
 - (C) a norma legal vedando a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo em local com acesso direto às rodovias federais viola a Constituição Federal, por inviabilizar o exercício das liberdades econômicas dos estabelecimentos e das liberdades individuais de escolha dos consumidores.
 - (D) lei estadual obrigando a oferta, por restaurantes vendedores de bebidas destiladas, de um número mínimo de marcas de bebidas produzidas naquele Estado não gera interferência indevida na dinâmica da atividade empresarial e na livre iniciativa.
 - (E) a proibição ou restrição, por lei municipal, de atividade de transporte individual de passageiros por meio de aplicativo é constitucional e não viola os princípios da busca do pleno emprego, livre iniciativa e concorrência.
-
25. Considere as seguintes situações hipotéticas, à luz da disciplina sobre os direitos políticos na Constituição Federal e da jurisprudência respectiva do Supremo Tribunal Federal:
- I. Rose era casada com Ricardo, Prefeito do Município X, e no curso do mandato de Ricardo há a dissolução do vínculo conjugal, por meio do divórcio. Rose, que não é titular de qualquer mandato eletivo, pretende candidatar-se a Vereadora no mesmo Município, no pleito imediatamente subsequente.
 - II. Maurício, Prefeito de um Município cumprindo primeiro mandato, é afastado do cargo por decisão judicial, e o seu Vice-Prefeito, Jorge, passa a ocupar o cargo pelo restante do mandato. Jorge, então, se candidata a Prefeito e se elege para o mandato subsequente, ao término do qual pretende se candidatar à reeleição.
 - III. Maria, Prefeita de um determinado Município, falece faltando dois anos para o término do seu mandato, assumindo o Vice-Prefeito Ananias. Ricardo, viúvo de Maria, pretende se candidatar ao cargo de Prefeito do mesmo Município nas próximas eleições.
- Dentre as pretensões referidas, tem-se situação de inelegibilidade APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) I e III.
-
26. Nos termos preconizados pela Constituição do Estado de Pernambuco, a concessão de remissão ou anistia, de crédito tributário e seus acessórios, incluindo multa e juros, pelo Estado, dependerá da lei
- (A) ordinária de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela maioria simples, presente a maioria absoluta da Assembleia Legislativa.
 - (B) ordinária de iniciativa do Poder Executivo, aprovada em dois turnos pela maioria simples da Assembleia Legislativa.
 - (C) complementar de iniciativa de qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, aprovada pela maioria absoluta da Assembleia Legislativa.
 - (D) complementar de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela maioria absoluta da Assembleia Legislativa.
 - (E) ordinária de iniciativa de qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, aprovada pela maioria simples da Assembleia Legislativa.



27. A empresa Y moveu ação indenizatória contra a Fazenda Pública do Estado de Pernambuco. A demanda foi julgada procedente e o ente público condenado ao pagamento da quantia de R\$ 200.000,00 a título de indenização. A sentença transitou em julgado no dia 22 de Fevereiro de 2022 após ser negado provimento ao recurso de apelação interposto. O precatório para pagamento do débito em questão foi apresentado no dia 29 de Junho de 2022. Neste caso, à luz de Constituição Federal, é obrigatória a inclusão, no orçamento da Fazenda Pública do Estado de Pernambuco, de verba necessária ao pagamento do débito, que deverá ser feito até o final do ano de
- (A) 2023, quando terá o valor atualizado monetariamente, não havendo incidência de juros de mora no caso de adimplemento dentro deste prazo.
 - (B) 2023, devendo incidir atualização monetária e juros de mora a partir da apresentação do precatório até o efetivo pagamento.
 - (C) 2024, quando terá o valor atualizado monetariamente, não havendo incidência de juros de mora no caso de adimplemento dentro deste prazo.
 - (D) 2024, devendo incidir atualização monetária e juros de mora a partir da apresentação do precatório até o efetivo pagamento.
 - (E) 2022, quando terá o valor atualizado monetariamente, não havendo incidência de juros de mora no caso de adimplemento dentro deste prazo.
-
28. Sobre a Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, na esteira da Constituição Federal, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei
- (A) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (B) federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (D) federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
29. Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo diretamente direitos e deveres individuais e coletivos:
- I. Martin, brasileiro naturalizado, reside no Brasil, é casado com uma brasileira e tem filho brasileiro. Antes da naturalização brasileira, Martin cometeu um crime de roubo na cidade de Barcelona – Espanha, quando ainda residia naquele que é seu país de origem. Neste caso, não há qualquer óbice para Martin ser extraditado para a Espanha após o cumprimento de todos os trâmites legais necessários.
 - II. Thomas, alemão, reside e trabalha no Brasil desde o mês de Janeiro de 2021 em uma empresa multinacional. Em decorrência de um fato ocorrido no ano de 2019, Thomas responde a processo e é condenado no país de origem por um crime político e, consequentemente, poderá ser extraditado pelo Brasil para que cumpra a pena no seu país natal, após o cumprimento dos trâmites legais necessários.
 - III. Mateo é brasileiro naturalizado desde o ano de 2019, e reside na cidade de Recife/PE. No ano de 2020 comprova-se o envolvimento de Mateo com o tráfico internacional de drogas em países da Europa. Pelo crime de tráfico de drogas, Mateo é processado e condenado a cumprir pena de seis anos de reclusão, em processo que tramitou na cidade de Milão, na Itália, seu país de origem. Neste caso, Mateo poderá ser extraditado para cumprir pena em seu país natal, após o cumprimento dos trâmites legais necessários.
- À luz da Constituição Federal brasileira e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III.
 - (C) I.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
-
30. Em Fevereiro de 2018, foi decretada pelo então Presidente da República, por meio de Decreto, a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, que teve por escopo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública” naquele Estado. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, havendo fato semelhante em outro Estado da Federação, como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, o Presidente da República, para decretação da intervenção federal no Estado,
- (A) dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou Executivo local e prévia autorização do Congresso Nacional.
 - (B) não dependerá de qualquer autorização prévia do Congresso Nacional ou solicitação do Poder Executivo do Estado.
 - (C) dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
 - (D) dependerá de requisição do Tribunal de Justiça do Estado e autorização prévia do Congresso Nacional.
 - (E) dependerá, apenas, de autorização prévia do Congresso Nacional.

**Direito Administrativo**

31. A Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que revogará a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, introduzindo nova disciplina para as Licitações e Contratos da Administração Pública, passou a prever
- (A) a possibilidade de a locação de imóveis pela Administração Pública ser contratada mediante dispensa de licitação, sendo admitida, no regime anterior, apenas se caracterizada hipótese de inexigibilidade do certame.
 - (B) a aquisição onerosa de imóveis como hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não prevista na Lei nº 8.666/93.
 - (C) a possibilidade de revogação dos procedimentos de licitação por motivo de conveniência e oportunidade, considerando que o regime disciplinado pela Lei nº 8.666/93 contemplava apenas hipóteses de anulação.
 - (D) o emprego da modalidade leilão para alienação de quaisquer bens imóveis de propriedade da Administração Pública, de aplicação restrita para a mesma finalidade na disciplina da Lei nº 8.666/93.
 - (E) a exclusividade da modalidade pregão para contratação de aquisição de bens ou prestação de serviços em sistema de registro de preços.
-
32. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece o regime jurídico para parcerias firmadas entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, instituindo, dentre outras, normas de gestão para as instituições interessadas, procedimentais para a celebração dos instrumentos, de execução e de fiscalização. Destaca-se a possibilidade de
- (A) aplicação de sanções contra a organização da sociedade civil que descumprir as obrigações assumidas na parceria, ainda que não especificadas no respectivo plano de trabalho, em razão da natureza contratual do ajuste principal.
 - (B) caracterização de ato de improbidade no caso de servidor público que intencional e inveridicamente declara a impossibilidade de realização de chamamento público para favorecer determinada organização da sociedade civil a lograr êxito na formalização de termo de colaboração com a Administração Pública.
 - (C) fiscalização dos instrumentos pelos Tribunais de Contas competentes, desde que os termos de parcerias tenham sido precedidos de chamamento público e envolvam repasse de recursos públicos às organizações da sociedade civil.
 - (D) instituição de sanções administrativas e financeiras pela Administração Pública, a exemplo de suspensão de participação em chamamentos públicos e impedimento de celebração de parcerias, a contar da data de apresentação da prestação de contas, independentemente de prescrição.
 - (E) aplicação das sanções previstas na lei de improbidade, por extensão, apenas no caso das parcerias que envolvam repasse de recursos públicos cuja execução não seja aderente às diretrizes e ao cronograma do plano de trabalho.
-
33. Após tramitação de processo administrativo para apuração do valor histórico e arquitetônico de um prédio pertencente a determinado município, o órgão estadual responsável pela tutela do patrimônio histórico e artístico estadual editou resolução impondo o tombamento do imóvel, na forma da legislação aplicável à espécie. A medida adotada
- (A) configura abuso de poder, considerando que os bens públicos dos entes públicos são insuscetíveis à intervenção de entes públicos de outras esferas, em especial quando acarretam alteração de titularidade do bem.
 - (B) possibilita controle judicial para pleito de anulação e de revogação, sendo possível questionar a suposta relevância histórica e arquitetônica do imóvel que motiva o tombamento.
 - (C) não admite controle de mérito, no que se refere à discricionariedade do tombamento, sendo admitido controle de legalidade do procedimento legal de instrução, a exemplo da exigência de trabalhos técnicos e observância do contraditório.
 - (D) demandaria autorização legislativa e ciência ao Tribunal de Contas, porque envolve intervenção de ente federado hierarquicamente superior, a fim de obstar abuso de poder econômico.
 - (E) atende aos requisitos legais e constitucionais, inexistindo óbice ao tombamento de imóveis públicos pertencentes aos entes de qualquer esfera da federação, vedada indenização, em razão do dever de mútua colaboração.
-
34. O Supremo Tribunal Federal (RE 842846) assentou que o Estado tem responsabilidade pelos danos causados a terceiros pela atuação dos tabeliães e registradores, no exercício de suas funções, porque as exercem por delegação do Poder Público. Nesse contexto, sobre a responsabilidade do Estado, a Constituição Federal dispõe que
- (A) a responsabilidade do Estado é subjetiva, impondo-se nas hipóteses em que houver falha na atuação dos tabeliães e registradores.
 - (B) os tabeliães e registradores, como pessoas físicas e agentes públicos, respondem objetivamente pelos danos causados, enquanto o Estado responde subjetiva e subsidiariamente.
 - (C) o Estado responde objetiva e solidariamente, não se admitindo direito de regresso em face dos tabeliães e registradores, porque não se enquadram na categoria de concessionários de serviços públicos.
 - (D) a responsabilidade do Estado é objetiva, na qualidade de ente público titular dos serviços prestados, sendo-lhe assegurado demandar os tabeliães e registradores, em regresso, na qualidade de delegatários, diante de dolo ou culpa.
 - (E) deverá ser previamente comprovado dolo ou culpa dos agentes delegados do Poder Público, para que o Estado seja objetivamente responsabilizado a ressarcir os danos causados a terceiros.



35. Durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) para enfrentamento da pandemia decorrente da Covid-19, foram aprovados atos e medidas em diversas esferas, dentre elas a Lei nº 13.797, de 6 de fevereiro de 2020. No que se refere às aquisições passíveis de serem realizadas pelo Poder Público durante aquele período, o diploma legal autorizou adoção de práticas que excepcionaram as disposições da legislação ordinariamente aplicável à espécie, podendo-se destacar a
- (A) possibilidade de aquisição, mediante dispensa de licitação, de bens destinados à saúde, educação, segurança e demais serviços públicos considerados essenciais.
 - (B) dispensa de elaboração de estudos preliminares, pesquisa de preços e orçamentação para aquisição de bens ou contratação de serviços, comuns ou complexos, quando destinados à saúde pública.
 - (C) prescindibilidade de elaboração de termo de referência ou de projeto básico para aquisição de bens ou contratação de serviços, bastando descrição no edital e no objeto da minuta de contrato.
 - (D) aquisição de bens por valores superiores ao usualmente praticado pelo órgão público, dispensando-se pesquisa de preços, consulta a outros fornecedores e demonstração da atual situação do mercado.
 - (E) possibilidade de a autoridade competente dispensar determinada empresa de apresentar documentos atestando sua regularidade fiscal, no caso de estar demonstrado ser a única fornecedora viável, na ocasião, para atender demanda de aquisição de bens e insumos destinados ao enfrentamento da emergência em saúde pública em questão.
-
36. A Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que introduziu relevantes alterações na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dentre outras imposições para a caracterização de atos de improbidade,
- (A) afastou da condição de sujeito passivo o agente público que ocupe cargo ou função públicos transitoriamente, podendo-lhes ser imputado ato de improbidade apenas em concurso com outro servidor efetivo.
 - (B) introduziu modalidade culposa para os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, desde que inequivocamente comprovado o aumento patrimonial.
 - (C) deixou expresso que a tipificação dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública demandam comprovação de conduta dolosa por parte do agente público.
 - (D) tornou expressamente prevista a modalidade culposa do ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, desde que este esteja inequivocamente demonstrado.
 - (E) afastou particulares do alcance das sanções impostas em decorrência da prática de atos de improbidade, independentemente da atuação conjunta com servidor público.
-
37. A dissolução, liquidação e extinção de uma sociedade de economia mista estadual de capital fechado, prestadora de serviço público,
- (A) depende de edição de lei, tendo em vista que o encerramento das atividades empresariais deve observar a mesma forma de seu início, que se dá com aprovação de tal ato pela Assembleia Legislativa.
 - (B) dá-se por meio de decreto do executivo, considerando que a pessoa jurídica, ainda que de direito privado, integra a estrutura da Administração Pública Indireta e, como tal, sujeita à hierarquia administrativa.
 - (C) demanda observância do quanto previsto em seus estatutos sociais, que podem prescrever forma administrativa ou judicial, a depender do patrimônio líquido, em especial em razão do passivo não circulante.
 - (D) observa a forma estabelecida para as sociedades anônimas, precedida de lei autorizativa de iniciativa do Chefe do Executivo estadual.
 - (E) demanda autorização em decreto do Executivo para alienação do capital social pertencente ao ente público, como equiparação ao processo de dissolução privado.
-
38. A exigência de concurso público para contratação de servidores públicos, sabe-se, é norma constitucional, excepcionada, contudo, para
- (A) nomeação para cargos de confiança no âmbito da Administração Indireta, para suprir déficit transitório de empregos.
 - (B) contratação de servidores por tempo determinado, os chamados temporários, conquanto não se destinem à prestação de atividades-fim do ente contratante.
 - (C) nomeação de servidores temporários, ou seja, por prazo determinado, para ocupar cargos de direção indispensáveis ao exercício das atividades precípuas do ente público.
 - (D) fundações integrantes da Administração Pública Indireta, porque sujeitas a regime celetista desprovido de estabilidade funcional.
 - (E) cargos de confiança na organização administrativa da Administração Direta, porque destinados a aguardar o efetivo provimento por servidores efetivos, prestando-se a suprir as lacunas necessárias da estrutura funcional dos órgãos.



39. As organizações sociais, como entidades integrantes do terceiro setor,
- (A) sujeitam-se ao fornecimento de informações relativas às atividades e aos serviços desempenhados em razão do contrato de gestão firmado com o ente público.
 - (B) obrigam-se às regras de contratação aplicáveis à Administração Pública, em razão do recebimento de recursos públicos, seja para serem contratadas, seja para realizarem contratações com terceiros.
 - (C) subordinam-se às disposições e aos limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em razão do vínculo estabelecido com a Administração Pública.
 - (D) vinculam-se à Administração Pública mediante celebração de uma das modalidades de parceria estabelecidas pela Lei nº 13.019/2014, dispensada, para tanto, a realização de chamamento.
 - (E) celebram instrumento contratual, denominado contrato de gestão, por meio do qual se estabelece a delegação da titularidade e da execução de serviços públicos a entidade privada, mediante remuneração por execução unitária.
-
40. As autarquias, fundações e empresas estatais relacionam-se, quanto aos princípios que regem a Administração Pública e o regime funcional aplicável a seus servidores, porque
- (A) autarquias e fundações públicas sujeitam-se ao princípio que exige a realização de concurso público para a contratação de servidores públicos, de aplicação facultativa para as empresas estatais.
 - (B) empresas estatais não se submetem aos princípios que regem a Administração Pública porque a Constituição lhes destina legislação própria e específica.
 - (C) autarquias, fundações públicas e empresas estatais submetem-se ao regime público, inclusive quanto à necessidade de licitação para suas contratações, ainda que com procedimentos diferenciados.
 - (D) autarquias são as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta que mais se aproximam do regime jurídico aplicável à Administração Direta, inclusive no que se refere ao regime de bens, que não se prestam a garantir ou satisfazer a execução de débitos do ente.
 - (E) as fundações não dependem de observância do princípio licitatório para alienação de seu patrimônio, tendo em vista que são constituídas sob a forma de pessoas jurídicas de direito privado, natureza que também predica seus bens.

Direito Empresarial/ Penal/ Civil

Atenção: As questões de números 41 a 44 referem-se à disciplina Direito Empresarial.

41. De acordo com a sua lei de regência, Lei nº 6.404/1976, o estatuto da sociedade anônima fixará o número
- (A) de quotas em que se divide o capital social, que terão, necessariamente, valor nominal.
 - (B) das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se elas terão, ou não, valor nominal.
 - (C) de quotas em que se divide o capital social ou, tratando-se de companhia aberta, o número de ações, que não poderão ter valor nominal.
 - (D) de ações em que se divide o capital social, que não poderão ter valor nominal.
 - (E) de quotas em que se divide o capital social ou, tratando-se de companhia aberta, o número de ações, e estabelecerá se elas terão ou não valor nominal.
-
42. De acordo com a lei de regência da sociedade anônima, Lei nº 6.404/1976, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.
- Essas demonstrações
- (A) registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral, podendo ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.
 - (B) devem ser publicadas anualmente apenas no caso de companhia aberta e, tratando-se de companhia fechada, necessariamente compreenderão a demonstração do valor adicionado.
 - (C) podem ser unificadas no balanço patrimonial, que supre qualquer outra demonstração, exceto no caso de companhia aberta, em relação à qual é obrigatória a elaboração das demonstrações dos dividendos acumulados e não pagos e das remunerações pagas à diretoria durante o último exercício.
 - (D) devem ser obrigatoriamente publicadas pelo menos uma vez a cada três anos, independentemente do patrimônio líquido da companhia, salvo no tocante às companhias abertas, em relação às quais a lei exige publicação anual, com indicação dos valores correspondentes às demonstrações do exercício anterior, bem como daquele em curso.
 - (E) não poderão agrupar as contas semelhantes, com exceção apenas dos pequenos saldos, que não ultrapassem um centésimo do valor do respectivo grupo de contas, os quais poderão ser agregados mediante a utilização das designações diversas contas, contas-correntes, ou assemelhadas.



43. Na ordem de classificação dos créditos na falência do empresário, de acordo com a lei de regência da matéria, Lei nº 11.101/2005, os créditos tributários
- (A) preferem a quaisquer outros, com exceção apenas dos créditos derivados da legislação trabalhista, independentemente do valor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho.
 - (B) ocupam posição subalterna em relação aos créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado.
 - (C) preferem aos créditos quirografários, desde que constituídos anteriormente a eles, aplicando-se igual prioridade às multas tributárias.
 - (D) ocupam posição subalterna em relação aos créditos subordinados, assim qualificados os créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor.
 - (E) preferem apenas aos créditos quirografários, assim qualificados aqueles desprovidos de garantia e os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado condições estritamente comutativas e as práticas de mercado.

44. Acerca da escrituração do empresário e da sociedade empresária, considere:
- I. Salvo disposição especial de lei, dispensa-se a autenticação dos livros obrigatórios no Registro Público de Empresas Mercantis, desde que rubricados pelo empresário ou pelos administradores da sociedade empresária.
 - II. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, sendo vedado, em qualquer hipótese, o uso de abreviaturas.
 - III. O livro Diário pode ser substituído por fichas no caso de escrituração eletrônica. Entretanto, a adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.
 - IV. O sistema de contabilidade adotado, que deverá ser feito com base na escrituração uniforme dos seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, não precisa ser necessariamente mecanizado.
- De acordo com o Código Civil e ressalvado o tratamento legal dispensado ao pequeno empresário, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

Atenção: As questões de números 45 a 47 referem-se à disciplina Direito Civil.

45. De acordo com o Código Civil, a prescrição
- (A) pode ser renunciada, desde que expressamente, tal como a decadência fixada em lei.
 - (B) não pode ser renunciada, diferentemente da decadência fixada em lei, que pode ser renunciada, tácita ou expressamente.
 - (C) pode ser renunciada, tácita ou expressamente, tal como a decadência fixada em lei.
 - (D) pode ser renunciada, tácita ou expressamente, diferentemente da decadência fixada em lei, que não admite renúncia.
 - (E) não pode ser renunciada, tal como a decadência fixada em lei.
46. De acordo com Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família são ordinariamente determinadas segundo a lei do país onde a pessoa
- (A) for domiciliada.
 - (B) tiver nascido.
 - (C) se encontrar, ainda que a título transitório.
 - (D) tiver morrido.
 - (E) tiver registrado o seu assento de nascimento, mesmo que nascida em outro país.

47. De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno
- (A) as fundações, os partidos políticos e as associações públicas.
 - (B) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Estados estrangeiros.
 - (C) os partidos políticos e as sociedades controladas pela União.
 - (D) as autarquias, inclusive as associações públicas.
 - (E) as fundações e as autarquias, com exceção das associações públicas.



Atenção: As questões de números 48 a 50 referem-se à disciplina Direito Penal.

48. De acordo com o que estabelece o Código Penal, bem como o entendimento doutrinário, é causa excludente de culpabilidade
- (A) a menoridade penal.
 - (B) a legítima defesa.
 - (C) o estado de necessidade.
 - (D) o exercício regular de um direito.
 - (E) o estrito cumprimento de um dever legal.
-
49. Hércules, auditor fiscal, sabendo que a empresa Olimpo, de propriedade de Dionísio, era devedora de tributos ao fisco, procurou Dionísio solicitando para si o pagamento de R\$ 150.000,00 para deixar de lançá-los. Nesse caso, Hércules praticou, em tese, crime
- (A) de extorsão.
 - (B) de corrupção passiva.
 - (C) de concussão.
 - (D) funcional contra a ordem tributária.
 - (E) de corrupção ativa.
-
50. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico, bem como o entendimento dos tribunais superiores acerca do crime de excesso de exação, art. 316, § 1º, do Código Penal,
- (A) estará incurso na mesma pena o funcionário que desviar, em proveito próprio, ou de terceiro, o que recebeu indevidamente, tratando-se, pois, de mero exaurimento do crime.
 - (B) os verbos solicitar, exigir e sugerir são os núcleos deste tipo penal, que pode se dar de forma direta (pelo próprio agente) e de forma indireta (por meio de interposta pessoa).
 - (C) por se tratar de crime formal, ele se consumará com o recebimento da vantagem indevida.
 - (D) é aplicável ao crime de excesso da exação, assim como a todos os delitos praticados contra a Administração Pública, o princípio da insignificância.
 - (E) somente o funcionário público, assim como conceituado pelo Código Penal, poderá ser o sujeito ativo deste crime, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas sempre em razão dela, podendo o particular ser coautor ou partícipe, caso tenha conhecimento da condição de funcionário público do autor.

Contabilidade Geral e de Custos

Atenção: As questões de números 51 a 58 referem-se a disciplina Contabilidade Geral.

51. O Patrimônio Líquido contabilizado da empresa Refrigerantes Saudáveis S.A. era, em 31/12/2020, R\$ 60.000.000,00. A empresa Todas as Bebidas S.A. adquiriu, nesta data, 60% das ações da Refrigerantes Saudáveis S.A. e passou a deter seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis foi avaliado em R\$ 75.000.000,00 e o valor pago pela empresa Todas as Bebidas S.A. foi R\$ 55.000.000,00. A participação dos acionistas não controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquidos dos ativos e passivos identificáveis da Refrigerantes Saudáveis S.A.

Os valores reconhecidos no balanço individual (no grupo Investimentos) e no balanço consolidado (no grupo Intangíveis) da empresa *Todas as Bebidas S.A.*, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais:

- (A) 36.000.000,00 e 19.000.000,00
- (B) 55.000.000,00 e zero
- (C) 55.000.000,00 e 10.000.000,00
- (D) 45.000.000,00 e zero
- (E) 45.000.000,00 e 30.000.000,00



52. A empresa Comércio de Produtos Supérfluos S.A. publicou os Balanços Patrimoniais de 31/12/2020 e 31/12/2021, e a Demonstração do Resultado para o ano 2021 que são apresentados, com valores em reais, nos dois quadros a seguir:

Comércio de Produtos Supérfluos S.A. – Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2021

Ativo	31/12/2020	31/12/2021	Passivo	31/12/2020	31/12/2021
Ativo circulante	660.000	1.205.000	Passivo circulante	780.000	1.411.400
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.000	235.000	Fornecedores a pagar	330.000	427.000
Valores a receber de Clientes	280.000	480.000	Dividendos a Pagar	-	14.400
Estoques	330.000	490.000	Empréstimos bancários	450.000	970.000
Ativo não circulante	720.000	1.090.000	Patrimônio Líquido	600.000	883.600
Investimentos	70.000	180.000	Capital	500.000	750.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	100.000	133.600
Veículos	420.000	910.000			
Imóveis	230.000	-			
Total do Ativo	1.380.000	2.295.000	Total do Passivo + PL	1.380.000	2.295.000

**Comércio de Produtos Supérfluos S.A.
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2021 a 31/12/2021**

Receitas de Vendas	2.040.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(1.310.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	730.000
(-) Despesas Operacionais	
• Depreciação	(60.000)
• Outras despesas operacionais	<u>(590.000)</u>
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>30.000</u>
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros	110.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(120.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	(10.000)
(+) Lucro na Venda de Imóveis	<u>70.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	60.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(12.000)
(=) Resultado Líquido	48.000

Informações adicionais referentes ao ano de 2021:

- A empresa não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano.

O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado (ou consumido) pela empresa no ano de 2021 foi, em reais:

- (A) 135.000 (negativo)
- (B) 65.000 (negativo)
- (C) 8.000 (positivo)
- (D) 128.000 (positivo)
- (E) 55.000 (positivo)

53. Um empréstimo no valor de R\$ 2.000.000,00 foi obtido em 30/11/2021 com as seguintes condições:

- Prazo do empréstimo: 18 meses (vencimento em 30/05/2023).
- Taxa de juros contratada: 1,5% ao mês (regime de capitalização composta).
- Forma de pagamento: 18 parcelas iguais de R\$ 127.611,56 ao final de cada mês.
- Custos de transação pagos no dia da obtenção do empréstimo: R\$ 40.000,00.
- Taxa de custo efetivo da operação: 1,73% ao mês.

Assumindo a convenção comercial (meses de 30 dias corridos), a empresa deve apresentar os seguintes valores na Demonstração do Resultado de 2021 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2021, respectivamente, em reais:

- (A) Encargos financeiros = 70.000,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = 1.902.388,44
- (B) Encargos financeiros = 74.600,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = 1.906.988,44
- (C) Encargos financeiros = 33.908,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = 1.993.908,00
- (D) Encargos financeiros = 73.908,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = 1.906.296,44
- (E) Encargos financeiros = 33.908,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = 1.866.296,44



54. O Balanço Patrimonial da empresa Pesquisas Sustentáveis S.A. apresentava, em 31/12/2019, um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.150.000,00, com a seguinte composição (valores em reais):

- Valor de custo 1.400.000,00
- Ajuste ao valor recuperável (*impairment*) 250.000,00

O valor correspondente ao Ajuste ao valor recuperável (*impairment*) foi reconhecido nas demonstrações contábeis do ano de 2019.

Em 31/12/2020, a empresa realizou novamente o teste para redução ao valor recuperável (*"impairment"*) e obteve as seguintes informações (valores em reais):

- Valor em uso..... 1.050.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda..... 1.000.000,00

O valor líquido desse ativo intangível que a empresa Pesquisas Sustentáveis S.A. apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi, em reais:

- (A) 1.000.000,00
- (B) 1.050.000,00
- (C) 1.150.000,00
- (D) 1.400.000,00
- (E) 1.100.000,00

55. A conta Provisões evidenciada no balanço patrimonial de uma empresa, em 31/12/2020, apresentava o saldo de R\$ 1.950.000,00 com a seguinte composição:

Processo	Montante Estimado (R\$)
Processo 1	900.000,00
Processo 2	600.000,00
Processo 3	450.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2021, a empresa obteve as seguintes novas avaliações sobre estes processos e sobre um novo processo a que a empresa está respondendo:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Processo 1	750.000,00	Provável
Processo 2	660.000,00	Possível
Processo 3	1.500.000,00	Possível
Processo 4 (novo)	1.740.000,00	Provável

O valor total evidenciado na conta *Provisões* no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 e a variação negativa no resultado de 2021 foram, respectivamente, em reais:

- (A) 4.650.000,00 e 2.700.000,00
- (B) 2.490.000,00 e 1.740.000,00
- (C) 2.160.000,00 e 210.000,00
- (D) 2.160.000,00 e 1.740.000,00
- (E) 2.490.000,00 e 540.000,00

56. São apresentados a seguir os saldos das contas componentes do Patrimônio líquido de uma empresa, constantes do Balanço Patrimonial de 31/12/2019, com os valores expressos, em reais:

Capital	12.000.000,00
Reserva Legal	2.100.000,00
Reserva Estatutária.....	750.000,00
Reserva para Expansão.....	<u>450.000,00</u>
Total do Patrimônio Líquido.....	15.300.000,00

O lucro líquido apurado pela empresa, no ano de 2020, foi R\$ 7.200.000,00 e, além da Reserva Legal constituída de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto prevê a constituição de uma reserva no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido.

O fundamento econômico para a Reserva para Expansão contabilizada em 31/12/2019 não mais existe porque a empresa já concluiu o projeto de expansão.

O dividendo mínimo obrigatório definido no estatuto da empresa corresponde a 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e adicionado, caso exista, da reversão das reservas de lucros.

O valor dos dividendos contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- (A) 1.710.000,00
- (B) 1.800.000,00
- (C) 1.725.000,00
- (D) 1.837.500,00
- (E) 1.912.500,00



57. A tabela a seguir apresenta os valores aplicados por uma empresa no dia 01/12/2020. Na tabela são encontradas as características de cada instrumento financeiro adquirido e a classificação feita pela empresa, em função do seu modelo de negócio para cada aplicação:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Classificação pela empresa	Taxa de juros compostos	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
240.000,00	31/12/2026	Mensuração ao custo amortizado	1%a.m.	252.000,00
240.000,00	31/12/2027	Mensuração ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2%a.m.	242.400,00
240.000,00	31/12/2025	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5%a.m.	247.200,00

O valor total das aplicações evidenciado no ativo no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 e o impacto total refletido na Demonstração do Resultado de 2020 são, respectivamente, em reais:

- (A) 730.800,00 e 10.800,00
 (B) 740.400,00 e 20.400,00
 (C) 741.600,00 e 21.600,00
 (D) 732.000,00 e 14.400,00
 (E) 732.000,00 e 12.000,00
58. No dia 01/12/2021, a empresa Vendo o que tiver S.A. efetuou as seguintes transações de vendas de mercadorias:

- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 805.000,00, com vencimento integral em 01/03/2023.
- Venda à vista no valor de R\$ 800.000,00.

A taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,94% ao mês e equivale a 15% no prazo de recebimento da venda a prazo.

A empresa Vendo o que tiver S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2021, especificamente com relação às vendas efetuadas no dia 01/12/2021:

- (A) Receita de Vendas – R\$ 1.605.000,00.
 (B) Receita de Vendas – R\$ 1.500.000,00, apenas.
 (C) Receita de Vendas – R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira – R\$ 7.000,00.
 (D) Receita de Vendas – R\$ 800.000,00 e Receita Financeira – R\$ 105.000,00.
 (E) Receita de Vendas – R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira – R\$ 6.580,00.

Atenção: As questões de números 59 e 60 referem-se à disciplina Contabilidade de Custos.

59. A Indústria Só Problemas S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de setembro de 2022 para a produção integral de 4.000 unidades:

Custos fixos	R\$ 128.000,00
Matéria-prima	R\$ 15,00/unidade
Mão de obra direta	R\$ 7,00/unidade
Despesas fixas	R\$ 24.000,00
Despesas variáveis	R\$ 3,00/unidade

Considere ainda:

Preço de Venda	R\$ 400,00/unidade
Comissões de venda	10% do preço de venda
Impostos sobre a venda	10% da receita de vendas
Quantidade vendida	1.000 unidades

Sabendo que a Indústria Só Problemas S.A. utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais:

- (A) 22,00
 (B) 32,00
 (C) 54,00
 (D) 25,00
 (E) 60,00
60. A Cia. Só Latas produz um único modelo de lata e são conhecidas as seguintes informações:

- Preço bruto unitário de vendas R\$ 100,00
- Impostos sobre vendas 10% sobre o preço de venda
- Custos variáveis R\$ 30,00 por unidade
- Despesas fixas R\$ 324.000,00 por mês
- Custos fixos R\$ 180.000,00 por mês

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Só Latas, em número de unidades, é:

- (A) 3.600
 (B) 5.400
 (C) 3.000
 (D) 5.600
 (E) 8.400

**Tecnologia da Informação**

61. O Registro C170 da EFD-ICMS/IPI (Sped-Fiscal) tem por objetivo
- (A) registrar a entrada ou saída de produtos ou outras situações que envolvam a emissão dos documentos fiscais e deve ser gerado para cada documento fiscal código 01, 1B, 04, 55 e 65 (saída).
 - (B) identificar os dados contidos no campo Informações Complementares da Nota Fiscal, como informações relacionadas com documentos fiscais, processos, cupons fiscais, documentos de arrecadação e locais de entrega ou coleta.
 - (C) informar detalhes das operações de importação que estejam sendo documentadas pela Nota Fiscal escriturada no registro C100, quando o campo IND_OPER for igual a "0" (zero), indicando a operação de entrada.
 - (D) discriminar os itens da Nota Fiscal (mercadorias e/ou serviços constantes em notas conjugadas), inclusive em operações de entrada de mercadorias acompanhadas de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de emissão de terceiros.
 - (E) prestar informações complementares constantes da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) quando das operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS.
-
62. O registro da EFD-ICMS/IPI que trata da apuração do ICMS Diferencial de Alíquota e do Fundo de Combate à Pobreza (FCP), por UF origem/destino, mesmo nos casos de períodos sem movimento, é o registro
- (A) C176.
 - (B) E310.
 - (C) 0150.
 - (D) C197.
 - (E) 0200.
-
63. O layout do Registro E210 da EFD-ICMS/IPI (Sped-Fiscal) tem por objetivo
- (A) informar valores relativos à apuração do ICMS de substituição tributária, mesmo nos casos de períodos sem movimento.
 - (B) identificar todos os transportadores e seus documentos fiscais emitidos durante o transporte multimodal.
 - (C) representar a escrituração dos documentos fiscais totalizados por Código da Situação Tributária (CST), Código Fiscal de Operação e Prestação (CFOP) e Alíquota de ICMS.
 - (D) informar detalhes das operações de importação, que estejam sendo documentadas de forma consolidada no registro E190.
 - (E) informar alterações ocorridas na descrição do produto ou quando ocorrer alteração na codificação do produto, desde que não o descaracterize ou haja modificação que o identifique como sendo novo produto.
-
64. O bloco E do arquivo da EFD-ICMS/IPI, segundo o Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 3.1.0, trata de dados relativos
- (A) ao inventário físico.
 - (B) à escrituração e à apuração do ISS.
 - (C) à apuração do ICMS e do IPI.
 - (D) ao controle do Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP).
 - (E) ao controle da Produção e do Estoque.
-
65. De acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte referente à NF-e, versão 7.0, os seguintes campos compõem a Chave Natural da NF-e: UF, CNPJ ou CPF do emitente,
- (A) nome do emitente, data da emissão e número da NF-e.
 - (B) nome e endereço do emitente, CNPJ ou CPF do destinatário e nome do destinatário.
 - (C) data da emissão, série da NF-e, forma de emissão, chave de acesso e tipo da emissão.
 - (D) nome e endereço do emitente, data e tipo da emissão.
 - (E) série e número da NF-e, modelo do documento fiscal eletrônico e ambiente de autorização.



Instruções: Para responder às questões 66 e 67, considere a tabela abaixo, criada em um banco de dados relacional aberto e em condições ideais.

```
CREATE TABLE nfe (  
  Numero_NFe VARCHAR(9) NOT NULL,  
  Modelo_NFe VARCHAR(2) NULL,  
  Serie_NFe VARCHAR(3) NULL,  
  codigo_UF VARCHAR(2) NULL,  
  ano_Emissao VARCHAR(2) NULL,  
  mes_Emissao VARCHAR(2) NULL,  
  CNPJ_Emitente VARCHAR(14) NULL,  
 Codigo_Chave VARCHAR(8) NULL,  
  Digito_Chave VARCHAR(1) NULL,  
  PRIMARY KEY (Numero_NFe));
```

66. Para inserir um registro com valores de teste na tabela `nfe`, utiliza-se a instrução SQL:

- (A) `INSERT INTO nfe VALUES('123456789','55','1','RJ','22','10','15145076000106','87654321','6');`
- (B) `APPEND TO nfe VALUES('123456789','55','1','RJ','22','10','15145076000106','87654321','6');`
- (C) `INSERT INTO nfe('123456789','55','1','RJ','22','10','15145076000106','87654321','6');`
- (D) `INSERT TO nfe VALUES('123456789','55','1','RJ','22','10','15145076000106','87654321','6');`
- (E) `ADD INTO nfe('123456789','55','1','RJ','22','10','15145076000106','87654321','6');`

67. Para selecionar na tabela `nfe` todas as notas fiscais eletrônicas cujo conteúdo do campo `codigo_UF` inicie pela letra `S` e tenha qualquer letra na sequência, utiliza-se a instrução SQL:

```
SELECT * FROM nfe WHERE
```

- (A) `codigo_UF CONTAINS 'S*';`
- (B) `codigo_UF LIKE 'S%';`
- (C) `codigo_UF LIKE 'S*';`
- (D) `codigo_UF = 'S%';`
- (E) `codigo_UF LIKE '%S';`

68. O Manual de Orientação do Contribuinte referente à NF-e, versão 7.0, informa que a especificação do documento XML da NF-e é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml, e que a codificação dos caracteres utilizada deve ser

- (A) ISO-8859-1.
- (B) UTF-8.
- (C) PT-BR.
- (D) EN-Default.
- (E) ACS-II.

69. Segundo o Manual de Orientação do Contribuinte referente à NF-e, versão 7.0, o certificado digital utilizado no Sistema Nota Fiscal eletrônica deverá ser do tipo A1 ou A3. O certificado do tipo A3

- (A) é armazenado no computador ou no smartphone.
- (B) tem validade máxima de até 1 ano.
- (C) é armazenado em cartão, token criptográfico ou diretamente na nuvem.
- (D) é conhecido como carimbo de tempo, por atestar a data e a hora em que um documento digital foi emitido.
- (E) é utilizado para criptografar documentos, mas não pode ser utilizado para assinatura digital.



70. De acordo com o *framework* de gerenciamento de serviços ITIL V4, as quatro dimensões que devem ser consideradas para garantir uma abordagem holística ao gerenciamento de serviços são:
- (A) gestão de pessoas, gestão da tecnologia, gestão financeira e gestão de conhecimento.
 - (B) planejamento, execução, controle e melhoria contínua.
 - (C) análise de negócio, gestão de pessoas, gestão de conhecimento e melhoria contínua.
 - (D) gerenciamento de estratégia, gerenciamento de portfólio, gerenciamento de arquitetura e gerenciamento financeiro de serviços.
 - (E) organizações e pessoas, informação e tecnologia, parceiros e fornecedores e fluxos de valor e processos.

Economia e Finanças Públicas

71. Ao verificar se a Lei Orçamentária Anual contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, o avaliador está considerando o princípio orçamentário denominado:
- (A) exclusividade.
 - (B) unidade.
 - (C) discriminação.
 - (D) orçamento bruto.
 - (E) publicidade.
72. Ao considerar toda despesa como uma nova despesa, expressa-se o sentido de um orçamento
- (A) tradicional.
 - (B) incremental.
 - (C) programa.
 - (D) base zero.
 - (E) de desempenho.
73. Uma calamidade pública constitui exemplo de ocorrência que pode levar à necessidade de um crédito adicional caracterizado como crédito
- (A) extraorçamentário, aberto pelo Poder Legislativo.
 - (B) especial, com vigência adstrita ao exercício financeiro seguinte àquele em que for aberto.
 - (C) suplementar, aberto pelo Poder executivo.
 - (D) bancário, com vigência adstrita ao exercício financeiro em que for aberto.
 - (E) extraordinário, aberto pelo Poder Executivo.
74. Em relação à chamada regra de ouro no campo orçamentário, a Constituição Federal
- (A) possibilita ressalvas, desde que mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (B) objetiva impedir que as operações de crédito sejam contratadas para financiar despesas de capital.
 - (C) viabiliza, em caráter ordinário, a realização de operações de crédito necessárias ao financiamento das despesas correntes.
 - (D) garante que as operações de crédito sejam superiores às despesas de capital.
 - (E) impõe limite às despesas de capital, de modo que não sejam superiores às despesas correntes.

75. Sobre as contas públicas para o segundo trimestre de 2022, publicadas pelo Tesouro Nacional (R\$ milhões – valores correntes), considere as informações seguintes:

	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Governo Geral
Receita total	772.485	336.748	259.032	1.093.215
Juros (receita)	86.607	5.164	7.763	83.217
Despesa total	897.279	333.677	233.626	1.189.532
Juros (despesa)	216.978	21.941	2.234	224.835

Com base nesses números:

- (A) aumentou a necessidade líquida de financiamento primária para os Governos Municipais.
- (B) o Governo Central teve resultado nominal positivo.
- (C) o Governo Geral teve resultado primário positivo.
- (D) aumentou a necessidade líquida de financiamento primária para os Governos Estaduais.
- (E) diminuiu a necessidade líquida de financiamento nominal para o Governo Central.



76. Considerando o problema econômico, entende-se que
- (A) o mercado, apesar de ter falhas, é um mecanismo muito eficaz para resolver o problema de alocação de recursos na sociedade.
 - (B) a escassez de recursos não afetará uma sociedade, se ela imprimir a sua própria moeda.
 - (C) as leis trabalhistas eliminam o problema da escolha individual entre tempo de lazer e de trabalho.
 - (D) as intervenções do governo na sociedade devem, segundo a microeconomia neoclássica, pautar-se pela preocupação de escolher o melhor para os cidadãos.
 - (E) estar restrito em suas opções equivale a não ter poder de escolha.
-
77. O conceito de Elasticidade e suas aplicações implicam:
- (A) Dada uma certa mudança no preço de um bem, quanto maior o impacto sobre a quantidade vendida, menos elástica é a demanda.
 - (B) A oferta em qualquer mercado, no curto prazo, é perfeitamente elástica.
 - (C) A oferta em todos os mercados, no longo prazo, tem elevada elasticidade-preço.
 - (D) Mudanças lentas e previsíveis na curva de demanda de um mercado são compatíveis com uma curva de oferta com alta elasticidade-preço.
 - (E) A elasticidade-preço da demanda de um bem qualquer é inversamente relacionada com o grau de concorrência no respectivo mercado.
-
78. Traduz a existência de falhas de mercado:
- (A) O suprimento de energia elétrica para a população é um exemplo clássico da falha de mercado conhecida como assimetria de informação.
 - (B) A presença de falhas de mercado não afeta a eficiência do sistema de preços como mecanismo de alocação de recursos.
 - (C) Externalidades positivas são produzidas exclusivamente pelo poder público.
 - (D) O comportamento de risco de um motorista, após contratada a apólice de seguros, é conhecido como seleção adversa.
 - (E) Na presença de externalidades negativas, um imposto pode alinhar o benefício marginal privado ao custo marginal social.
-
79. Considerando o modelo *keynesiano* de determinação da renda e o modelo IS-LM,
- (A) uma elevação da alíquota de impostos cobrada pelo governo reduz a renda por meio de uma redução do efeito multiplicador.
 - (B) uma política fiscal expansionista, em uma economia fechada, ocasiona uma queda da taxa de juros, devido ao deslocamento da curva LM para a direita.
 - (C) o efeito positivo do comércio internacional implica um multiplicador da renda maior para uma economia aberta do que o de uma economia fechada.
 - (D) uma contração monetária (curva LM) reduz os gastos do governo, deslocando a curva IS para a esquerda.
 - (E) a curva LM vertical caracteriza um fenômeno conhecido como armadilha da liquidez, em que a política monetária é ineficaz em estabilizar a economia.
-
80. A partir dos determinantes do crescimento e do desenvolvimento econômicos, depreende-se que:
- (A) a literatura convencional neoclássica mostra uma clara associação positiva entre a produtividade da economia e sua qualidade institucional, a qual é expressa por um índice da facilidade de obter vantagens em negócios com o governo.
 - (B) países mais ricos têm, como regra, baixos valores de capital (físico e humano) *per capita* e são mais dinâmicos do que países onde esses fatores são mais abundantes.
 - (C) em economias que dependem bastante da agricultura, a extensão e a qualidade da terra são importantes determinantes do crescimento econômico.
 - (D) investimentos em infraestrutura de energia e transportes não afetam o crescimento da economia, pois nem todos os setores da economia fazem uso deste tipo de atividade.
 - (E) a abordagem neoclássica do desenvolvimento entende que pesquisa e desenvolvimento de novas ideias devem ser tratados como bens privados, livres de qualquer distorção causada pela política pública.